

de 76 mil contos de réis. Isto porque o representante jurídico da família do morto "provou" que a quantidade de livros era de 74 mil e não apenas de 6 mil e algo. É bom que não se esqueça do nome do astucioso causídico: Dr. João Piombino. Estudos posteriores revelaram que, sem sombra de dúvida, o total dos livros era, realmente, de 6 mil e poucos volumes. A segunda empulhação não foi menos grave: a coleção do conde da Barca foi arrematada por D. João VI, ficando, assim, arrolada como um bem pertencente a Portugal. Ora, quando a Biblioteca Nacional foi comprada e paga, pelo Brasil, ao reino português, esses livros, assim como tudo o mais que pertencia à Biblioteca, ficaram juridicamente quitados. Como é que o Brasil teve de, novamente, pagar por esses livros? Em resumo: pagamos duas vezes por 74 mil livros que, na realidade, não chegavam a 7 mil! Mas, veremos adiante, quando tratarmos da compra da Biblioteca, que este não foi o único nem o menor de todos os calotes que D. Pedro I engoliu para que Portugal "reconhecesse" a nossa Independência¹⁶.

A Biblioteca, antes disso, não cessava de crescer.

Em 1824, foram comprados mais 1 590 volumes do espólio do Dr. Francisco de Mello Franco, onde se contavam obras de teologia, direito, ciências, artes, belas-artes, história e clássicos.

Em 1832, foi incorporada a coleção do marquês de Sto. Amaro, contendo 115 pastas de material relativo ao Gabinete do próprio marquês e à administração do príncipe regente; e mais 122 outras pastas, enviadas por Francisco Gomes da Silva, o famoso Chalaça, com papéis de expediente secreto de secretarias de Estado de Portugal, que foram posteriormente trocados, com o governo português, por papéis de maior valia para o Brasil.

Em 1838, a Biblioteca recebeu cerca de 5 mil volumes dos herdeiros de José Bonifácio de Andrada e Silva, na maior parte obras alemãs, sobre diferentes ramos das ciências naturais, literatura, manuscritos e cartas autografadas por personagens de diversos países, que mantiveram correspondência com o chamado "patriarca" da Independência.

Daí até 1852, inclusive, não há documentação referente a novas aquisições de grande monta.